



2º Simulado Especial

Polícia Militar do Pará

Oficial

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial Polícia Militar do PA (Oficial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Polícia Militar do Pará (Oficial);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PM-PA-Oficial-18-11>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)

LÍNGUA PORTUGUESA*Janaína Arruda***Texto I**

Dois princípios reinaram, eu creio, sobre a pintura ocidental, do século quinze até o século vinte. O primeiro afirma a separação entre representação plástica (que implica a semelhança) e referência linguística (que a exclui). Faz-se ver pela semelhança, fala-se através da diferença. De modo que os dois sistemas não podem se cruzar ou fundir. É preciso que haja, de um modo ou de outro, subordinação: ou o texto é regrado pela imagem (como nesses quadros em que são representados um livro, uma inscrição, uma letra, o nome de um personagem), ou a imagem é regrada pelo texto (como nos livros em que o desenho vem completar, como se ele seguisse apenas um caminho mais curto, o que as palavras estão encarregadas de representar). É verdade, só muito raramente essa subordinação permanece estável: pois acontece ao texto de o livro ser apenas um comentário da imagem, e o percurso sucessivo, pelas palavras, de suas formas simultâneas; e acontece ao quadro ser dominado por um texto, do qual ele efetua, plasticamente, todas as significações. Mas pouco importa o sentido da subordinação ou a maneira pela qual ela se prolonga, multiplica e inverte: o essencial é que o signo verbal e a representação visual não são jamais dados de uma vez só. Sempre uma ordem os hierarquiza, indo da forma ao discurso ou do discurso à forma. É esse princípio cuja soberania foi abolida por Klee, ao colocar em destaque, num espaço incerto, reversível, flutuante (ao mesmo tempo tela e folha, toalha e volume, quadriculado do caderno e cadastro da terra, história e mapa), a justaposição das figuras e a sintaxe dos signos. Barcos, casas, gente, são ao mesmo tempo formas reconhecíveis e elementos de escrita. Estão postos, avançam por caminhos ou canais que são também linhas para serem lidas. As árvores das florestas desfilam sobre pautas musicais. E o olhar encontra, como se estivessem perdidas em meio às coisas, palavras que lhe indicam o caminho a seguir, que lhe dão nome à paisagem que está sendo percorrida. E no ponto de junção dessas figuras e desses signos, a flecha que retorna tão frequentemente (a flecha, signo que traz consigo uma semelhança de origem, como se fosse uma onomatopeia gráfica, e figura que formula uma ordem), a flecha indica em que direção o barco está se deslocando, mostra que se trata de um sol se pondo, prescreve a direção que o olhar deve seguir, ou antes a linha segundo a qual é preciso deslocar

imaginariamente a figura aqui colocada de um modo provisório e um pouco arbitrário. Não se trata absolutamente aí de um desses caligramas que jogam com o rodízio da subordinação do signo à forma (nuvem das letras e das palavras tomando a figura daquilo de que falam), depois da forma ao signo (figura se anatomizando em elementos alfabéticos): não se trata também dessas colagens ou reproduções que captam a forma recortada das letras em fragmentos de objetos; mas do cruzamento num mesmo tecido do sistema da representação por semelhança e da referência pelos signos. O que supõe que eles se encontrem num espaço completamente diverso do do quadro.

O segundo princípio que durante muito tempo regeu a pintura coloca a equivalência entre o fato da semelhança e a afirmação de um laço representativo. Basta que uma figura pareça com uma coisa (ou com qualquer outra figura), para que se insira no jogo da pintura um enunciado evidente, banal, mil vezes repetido e entretanto quase sempre silencioso (ele é como um murmúrio infinito, obsidiante, que envolve o silêncio das figuras, o investe, se apodera dele, obriga-o a sair de si próprio, e torna a despejá-lo finalmente no domínio das coisas que se pode nomear): “O que vocês estão vendo, é isto”. Pouco importa, ainda aqui, o sentido em que está colocada a relação de representação, se a pintura é remetida ao visível que a envolve ou se ela cria, sozinha, um invisível que se lhe assemelha.

[...] Adaptado de: FOUCAULT. M. Klee, Kandinski, Magritte. In: FOUCAULT. M. Isto não é um cachimbo. Tradução de Jorge Coli. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-isto-nc3a3o-c3a9-um-cachimbo.pdf>.

01. Em relação ao texto, é correto afirmar que

- a) Nas pinturas de Klee, a flecha é o elemento que amarra texto e imagem, criando, assim, um signo cujas linhas formam uma figura relacionada com a mensagem do quadro.
- b) O segundo princípio que esteve muito vivo na pintura se relaciona à tentativa de disfarçar o poder que a imagem tem de representar a realidade.
- c) A regra da separação entre forma e discurso foi derrubada por Klee, colocando de forma uniforme a imagem e o texto.
- d) Entre os anos de 1401 e 2000, um dos princípios da pintura ocidental foi a cisão entre imagem e significado.
- e) Nas pinturas ocidentais dos séculos XV a XX, é relevante a direção e o modo como ocorre a hierarquização entre a imagem e o significado.

02. Marque a alternativa que corresponde à correta classificação da partícula “se”, presente em “Faz-se ver pela semelhança, fala-se através da diferença.”?

- a) Parte integrante dos verbos.
- b) Pronome apassivador.
- c) Pronome reflexivo.
- d) Símbolo de indeterminação do sujeito.
- e) Partícula de realce.

03. Em relação ao excerto “É preciso que haja, de um modo ou de outro, subordinação: ou o texto é regrado pela imagem (como nesses quadros em que são representados um livro, uma inscrição, uma letra, o nome de um personagem), ou a imagem é regrada pelo texto [...]”, assinale a alternativa correta.

- a) Os termos “pela imagem” e “pelo texto” possuem função sintática de objeto indireto.
- b) Como o substantivo “personagem” pertence ao gênero feminino, a concordância com o artigo “um” está inadequada.
- c) Em todas as suas ocorrências no período, o elemento “ou” é uma conjunção alternativa.

d) Os parênteses presentes nessa construção têm como função isolar uma causa.

e) A função exercida pelos dois pontos no trecho é exprimir uma pausa mais forte em um período longo, em que já existem vírgulas.

04. Em relação ao trecho “É verdade, só muito raramente essa subordinação permanece estável: pois acontece ao texto de o livro ser apenas um comentário da imagem, e o percurso sucessivo, pelas palavras, de suas formas simultâneas [...]”, assinale a alternativa correta.

- a) Na palavra “raramente”, as duas ocorrências de “r” representam o mesmo fonema.
- b) O termo “essa” apresenta a mesma quantidade de letras e de fonemas.
- c) Em “simultâneas” há um termo trissílabo.
- d) O termo “estável” recebe acento porque é uma proparoxítona.
- e) No termo “sucessivo”, o som /s/ é apresentado de três formas diferentes: por “s”, por “c” por “ss”.

05. Assinale a alternativa em que o termo em destaque pode ser substituído por aquele entre parênteses sem que isso resulte em mudança de significado.

- a) “... ele é como um murmúrio infinito, obsidiante, que envolve o silêncio das figuras...”. (clamor).
- b) “O que supõe que eles se encontrem num espaço completamente diverso do do quadro.” (díspar).
- c) “... a flecha, signo que traz consigo uma semelhança de origem, como se fosse uma onomatopeia gráfica ...”. (disparidade).
- d) “... é preciso deslocar imaginariamente a figura aqui colocada de um modo provisório e um pouco arbitrário.”. (duradouro).
- e) “... a flecha indica em que direção o barco está se deslocando, mostra que se trata de um sol se pondo, prescreve a direção que o olhar deve seguir...”. (escreve).

06. Em “Sempre uma ordem **os** hierarquiza”, o termo em destaque pertence à classe dos(as)

- a) artigos.
- b) pronomes.
- c) adjetivos.
- d) substantivos.
- e) preposições.

07. Sobre a colocação pronominal no excerto “não se trata também dessas colagens ou reproduções”, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de ênclise devido à presença do termo atrativo.
- b) Trata-se de mesóclise devido à presença do termo atrativo.
- c) Trata-se de colocação facultativa devido à presença do termo atrativo.
- d) Trata-se de próclise devido à presença do termo atrativo.
- e) Trata-se de colocação proibida devido à presença do termo atrativo.

08. Sobre as relações de sentido estabelecidas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Em “As árvores das florestas desfilam sobre pautas musicais. **E** o olhar encontra [...] palavras que lhe indicam o caminho a seguir [...]”, o termo em destaque sinaliza uma relação de oposição entre as partes de texto.
- b) Em “**Mas** pouco importa o sentido da subordinação ou a maneira pela qual ela se prolonga, multiplica e inverte [...]”, o termo em destaque poderia ser substituído por “logo”, sem causar qualquer alteração de sentido.
- c) Em “[...] se a pintura é remetida ao visível que a envolve **ou** se ela cria, sozinha, um invisível que se lhe assemelha.”, o termo em destaque indica uma relação de adição entre as orações.

d) Em “**De modo que** os dois sistemas não podem se cruzar ou fundir”, o termo em destaque sinaliza uma relação de causa entre as orações.

e) Em “É verdade, só muito raramente essa subordinação permanece estável: **pois** acontece ao texto de o livro ser apenas um comentário da imagem [...]”, o termo em destaque indica uma relação de explicação entre as orações.

Texto II

O Mario, além de um grande poeta, era um grande **humorista**. Ele frequentava bastante a nossa casa e era uma presença quieta e discreta. Minha mãe **fazia** muito meias de lã para ele. Tantas que um dia ele observou: “Acho que a Mafalda pensa que eu sou uma centopeia”. Uma vez fui levá-**lo** na casa do Josué Guimarães, e ele teve alguma dificuldade em sair do banco de trás. Disse: “Como a gente tem perna, né?” Era um **obcecado** por jogo e, na vez em que foi atropelado, pediu urgentemente, ainda do chão, que anotassem o número da placa do carro. Era para jogar na loteria. **Nos** encontramos no Rio, no Hotel Canadá, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana. E ele **nos** contou que o que mais gostava no Rio eram os túneis, “**porque** dentro dos túneis descansava da paisagem”.

VASSALO, Márcio. Mario Quintana. 1ª edição. São Paulo, 2005, p. 31. Texto de Luis Fernando Veríssimo, escritor (com adaptações).

09. Com base no texto e nas suas relações sintáticas e semânticas, assinale a alternativa correta.

- a) O trecho “E ele nos contou que o que mais gostava no Rio eram os túneis” (último período do texto), pode ser reescrito, sem alteração sintática e semântica, da seguinte forma: No Rio, nos contou que os túneis eram aquilo que ele mais gostava.
- b) A conjunção “que”, empregada no trecho “Acho que a Mafalda pensa **que** eu sou uma centopeia” estabelece uma relação de coordenação com o termo que a antecede.
- c) As vírgulas empregadas no trecho “O Mario, além de um grande poeta, era um grande humorista” separam termos encadeados em uma enumeração.

d) A conjunção “porque”, na última linha do texto, liga orações subordinadas entre si e estabelece ideia de concessão no período em que aparece.

e) A colocação do pronome “Nos”, no antepenúltimo período do texto, desrespeita a norma padrão, embora, na oralidade, esse uso seja recorrente.

10. Julgue os itens a seguir acerca do texto.

I - Os vocábulos “humorista”, “obcecado” e “lo” em destaque no texto pertencem à mesma cadeia coesiva cujo referente é o termo “Mario”, presente na primeira linha do texto.

II - No período “... na vez em que foi atropelado, pediu urgentemente, ainda do chão, que anotassem o número da placa do carro”, as orações introduzidas pela conjunção “que” mantêm as mesmas relações de sentido.

III - O texto pertence ao gênero narrativo, uma vez que apresenta um episódio cômico da vida do escritor Mario Quintana, contado por Luís Fernando Veríssimo.

IV - A substituição da preposição “para” por “a” em “Minha mãe fazia muito meias de lã para ele.” não implica prejuízo semântico, apenas sintático.

V - O objetivo de Luís Fernando Veríssimo, ao utilizar como recurso a fala de Mario Quintana, foi ratificar a afirmação presente na primeira linha do texto.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

11. No texto, as formas verbais “fazia” e “anotassem” estão conjugadas, respectivamente, no

a) pretérito perfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo.

b) presente do indicativo e no pretérito imperfeito do indicativo.

c) pretérito imperfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo.

d) pretérito imperfeito do subjuntivo e no pretérito imperfeito do indicativo.

e) futuro do pretérito do indicativo e no presente do indicativo.

“Esquecer é uma necessidade. A vida é uma losa, em que o destino, para escrever um novo caso, precisa de apagar o caso escrito.”

12. A frase de Machado de Assis foi escrita com um erro gramatical, que é:

a) O termo em que deveria ser substituído por onde.

b) A má colocação do termo esquecer no contexto em que aparece.

c) O termo lousa em lugar de losa.

d) A redundância desnecessária do termo caso.

e) Escrita em lugar de escrito.

13. Considerando as palavras, é correto afirmar que exemplificam uma oxítone e uma paroxítone acentuadas graficamente os vocábulos

a) além, Canadá

b) levá-lo, trás

c) né, número

d) lã, levá-lo

e) além, túneis

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouvea*

14. Existe uma nova tecnologia utilizada para a fabricação de dispositivos de armazenamento permanente, que não utiliza partes móveis, o que a deixa mais resistente a choques mecânicos. O nome dessa tecnologia é:

- a) CD
- b) HD
- c) DVD
- d) SSD
- e) Blu-Ray

15. O recurso do Windows, que pode ser acessado através do menu suspenso acionado com um clique com o botão direito do mouse sobre o menu Iniciar, e que permite visualizar os logs do Windows é:

- a) Visualizador de Eventos.
- b) Gerenciador de dispositivos.
- c) Sistema.
- d) Visualizador de registros.
- e) Cortana

16. A funcionalidade do Writer em que é possível modificar a hierarquia de títulos ou atribuir um nível da hierarquia a um estilo de parágrafo personalizado e também adicionar numerações de capítulo e de seção aos estilos de título de parágrafo. É:

- a) Formas.
- b) Numeração de capítulos.
- c) Seção.
- d) Campo.
- e) Envelope

17. No Calc, temos a seguinte planilha

	A	B
1	13	21
2	16	25
3	15	16

Ao digitarmos na célula C1 a fórmula: =média(a2:b3) e apertarmos "enter", o valor apresentado na célula em questão será:

- a) 16
- b) 11.
- c) 10
- d) 25.
- e) 18.

18. Nas redes de computadores temos o FTP. Sobre esse serviço é correto afirmar:

- a) Permite apenas a troca de e-mails entre computadores.
- b) Permite a sua utilização apenas com o uso de senhas.
- c) Pode ser utilizado para realizar download e uploads entre computadores.
- d) Não permite a sua utilização de forma anônima.
- e) Permite a troca de páginas entre computadores.

19. Um ataque de computador que utiliza o cavalo de troia para inserir um backdoor na máquina ou na rede é:

- a) Worm.
- b) Rootkit.
- c) Snnifer .
- d) RAT.
- e) BOT.

20. De acordo com as melhores práticas de segurança, marque, dentre as opções abaixo, qual seria a melhor senha a ser adotada por um usuário.:

- a) Fé.
- b) Mb*54c2.
- c) MbcDa .
- d) Maria.
- e) 123456.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

21. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Com relação ao seu âmbito de eficácia, os direitos da personalidade têm caráter absoluto.
- b) Nascituro não goza de direitos da personalidade.
- c) É indispensável o consentimento da pessoa biografada para a publicação de sua biografia, quer em versão impressa, quer em audiovisual.
- d) De acordo com o STF, o direito ao esquecimento é garantido pela ordem jurídica brasileira.
- e) Condiciona-se à demonstração do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais.

22. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com a teoria menor, requer a prova da existência de abuso de personalidade.
- c) O cancelamento da inscrição pessoa jurídica pode se dar imediatamente após a averbação de sua dissolução no registro.
- d) A exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento

que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

- e) A qualidade de associado é transmissível, a não ser que o estatuto disponha de modo contrário.

23. Com relação à classificação e à interpretação dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) A fiança constitui exemplo de negócio jurídico unilateral.
- b) A doação com encargo é um negócio jurídico modal.
- c) Na interpretação das declarações de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- d) O comportamento das partes posterior à celebração do negócio jurídico não interfere em sua interpretação.
- e) As partes não poderão pactuar regras de interpretação do negócio jurídico diversas daquelas previstas em lei.

24. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) São responsáveis objetivamente pela reparação civil os donos de hotéis, pelos atos praticados pelo seu hóspede, independentemente da culpa do hóspede pelos danos que vier a causar a terceiros.
- b) O proprietário do apartamento alugado responde solidariamente com o locatário pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- c) Simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
- d) A obrigação de prestar a reparação civil não se transmite com a herança.
- e) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, perderá o direito à indenização.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Fábio Ramos*

25. Em julgamento histórico, o STF trouxe uma jurisprudência, súmula vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. Assim não se admite a prisão do Depositário infiel. Esse é um exemplo típico de alteração da Constituição por meio de:

- a) Emenda Constitucional.
- b) Revisão Constitucional.
- c) Plebiscito.
- d) Mutação Constitucional.
- e) Reclamação constitucional

26. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

27. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional

e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;

- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

28. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

29. Marcelo, um agente do órgão de fiscalização sanitária do município, estava conduzindo inspeções de rotina em algumas casas de carne no centro da cidade. Por coincidência, ele notou que o açougue que estava fiscalizando pertencia a Pedro, um antigo conhecido com quem tinha conflitos desde a infância. Mesmo não identificando nenhuma irregularidade no açougue de Pedro, Marcelo optou por emitir um auto de infração, aproveitando a oportunidade para se vingar de seu antigo desafeto.

Analisando-se o caso apresentado, constata-se que Marcelo violou alguns princípios básicos da Administração Pública, a saber:

- a) Legalidade e pessoalidade;
- b) Segurança jurídica e autotutela;
- c) Razoabilidade e publicidade;
- d) Moralidade e impessoalidade;
- e) Isonomia e competitividade.

30. Com o objetivo de melhorar os serviços públicos sob sua responsabilidade, o Município W tem a intenção de estabelecer uma Agência Reguladora e conferir a ela a competência regulatória no âmbito do setor correspondente.

Acerca das peculiaridades do regimento jurídico da mencionada entidade autárquica, é correto afirmar que:

- a) A imunidade tributária recíproca não pode ser aplicada a ela;
- b) Sua criação é estabelecida por lei, independentemente de registro de atos constitutivos;
- c) Seus bens são de natureza privada, mas considerados impenhoráveis quando dedicados ao serviço público;
- d) O regime de pessoal a ser aplicado a ela deve ser o celetista, uma vez que não se sujeita ao regime jurídico único;

e) Ela não possui personalidade jurídica, tendo apenas capacidade postulatória para a defesa de suas atribuições.

31. Um servidor público dirigiu-se à sede da Administração Pública para solicitar a emissão de uma certidão referente à sua situação funcional, sendo prontamente atendido. Nesse cenário, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

- a) enunciativo;
- b) ordinatório;
- c) normativo;
- d) negocial;
- e) punitivo.

32. No âmbito do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O controle hierárquico é exercido pela Administração Direta sobre as entidades da Administração Indireta;
- b) O Conselho Nacional de Justiça é considerado um órgão de controle externo, pois inclui membros que não fazem parte do Poder Judiciário e está diretamente relacionado ao Poder Executivo;
- c) A decisão final sobre as contas do Chefe do Executivo cabe ao Poder Legislativo e não ao Tribunal de Contas;
- d) O Poder Judiciário não está sujeito ao controle dos Poderes Executivo e Legislativo, pois possui a prerrogativa de proferir decisões finais através de seu órgão máximo, o Supremo Tribunal Federal;
- e) As empresas públicas não estão sujeitas a controle externo, uma vez que não fazem parte da Administração Direta e possuem personalidade jurídica de direito privado.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

33. Luciana, brasileira, durante suas férias na cidade de Mendoza (Argentina), agrediu Giovana, cidadã uruguaia, causando-lhe lesão corporal gravíssima (pena: reclusão de 02 a 08 anos). Luciana foi presa em flagrante naquele país, tendo sido condenada a uma pena de 04 anos de reclusão. Após o cumprimento integral da pena imposta, Luciana retornou normalmente ao Brasil.

Nesse caso, é correto afirmar que Luciana:

- a) não poderá ser julgada no Brasil pelo mesmo fato.
- b) poderá ser julgada no Brasil pelo mesmo fato, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- c) poderá ser julgada no Brasil pelo mesmo fato, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada.
- d) poderá ser julgada no Brasil pelo mesmo fato, sendo hipótese de extraterritorialidade hipercondicionada.
- e) caso seja condenada no Brasil pelo mesmo fato, deverá cumprir integralmente a pena aqui imposta.

34. Ricardo, 23 anos, e Denise, 19 anos, irmãos, sempre tiveram uma boa relação. Certo dia, contudo, iniciaram uma discussão em razão das tarefas domésticas que, segundo Ricardo, “não estariam sendo realizadas a contento por Denise”, a quem caberia realizar tais tarefas, por serem “coisa de mulher”, segundo Ricardo. Durante a discussão, Ricardo desferiu um soco na irmã, que caiu no chão. Arrepentido, Ricardo levou a irmã ao hospital, oportunidade na qual restou constatada a ocorrência da lesão corporal, tendo Denise obtido atestado médico indicando necessidade de afastamento de suas atividades rotineiras por 10 dias, e sido liberada horas depois. O fato ocorreu no dia 18.03.2023, e até a presente data Denise não compareceu à delegacia de polícia para registro de ocorrência.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) fato atípico, em razão do arrependimento eficaz.
- b) lesão corporal leve, aplicando-se o rito sumaríssimo dos Juizados Especiais Criminais, ante a pena máxima cominada ao delito.
- c) lesão corporal, qualificada pela violência doméstica, já estando extinta a punibilidade pela decadência do direito de representação.
- d) lesão corporal, qualificada por ter sido praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, não sendo cabível a transação penal.
- e) lesão corporal, qualificada por ter sido praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, sendo cabível a suspensão condicional do processo.

35. Acerca das excludentes de ilicitude e de culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) O ataque espontâneo de animal não pode configurar agressão injusta para fins de reconhecimento da legítima defesa.
- b) O conhecimento da situação justificante não é necessário para a configuração da legítima defesa e do estado de necessidade.
- c) A obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico é causa de exclusão da culpabilidade, pela ausência de potencial consciência da ilicitude.
- d) A embriaguez não afasta a imputabilidade penal, ainda que completa e decorrente de caso fortuito ou força maior.
- e) O erro de proibição sempre afasta a culpabilidade, por ausência de potencial consciência da ilicitude do fato.

36. Acerca dos crimes contra o patrimônio e dos crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa correta:

- a) A subtração de sinal de TV por assinatura configura crime de furto, por analogia ao furto de energia, conforme entendimento mais recente do STJ.
- b) O emprego de arma branca no crime de roubo implica aumento de pena de um terço à metade, ainda que a conduta tenha ocorrido antes da entrada em vigor da Lei 13.964/19.
- c) A majorante do repouso noturno somente se aplica ao furto simples, não sendo aplicável ao furto qualificado, conforme entendimento atual do STJ.
- d) Aquele que oferece dinheiro a adolescente de 16 anos em troca de favores sexuais não pratica crime, eis que não se trata de pessoa menor de 14 anos.
- e) Para a caracterização do estupro de vulnerável é absolutamente imprescindível a existência de contato físico entre agressor e vítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

37. Sobre os sistemas processuais, assinale a alternativa correta:

- a) são características do sistema processual acusatório: a imparcialidade, o contraditório, o sigilo e o juiz como gestor da prova.
- b) juiz imparcial, partes com iguais oportunidades no processo e a confissão como prova absoluta, são características do sistema acusatório.
- c) No sistema processual inquisitivo, o processo é público e as funções de acusação e julgamento são atribuídas a pessoas distintas.
- d) O sistema misto ou francês, adotado no Brasil, segundo Eugênio Pacelli: "(...) a jurisdição também se iniciaria na fase de investigação, e sob a presidência de um magistrado – os Juizados de Instrução –, tal como ocorre no sistema inquisitório. No entanto, a acusação criminal ficava a cargo de outro órgão (o Ministério Público) que

não o juiz, característica já essencial do sistema acusatório.

- e) no sistema acusatório, o princípio do contraditório deverá ser observado ao longo de todo o processo, não se admitindo seu afastamento antes de ser proferido qualquer ato decisório, sob pena de cerceamento de defesa.

38. Sobre os temas prisão e liberdade, é correto afirmar:

- a) Sendo praticada uma contravenção penal, no âmbito de violência doméstica, é motivo idôneo para justificar a prisão preventiva do réu.
- b) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.
- c) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar a uma pessoa que tenha setenta e oito anos de idade condenada pela prática do crime de estelionato.
- d) é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar a um homem que, condenado pelo crime de corrupção passiva, seja o único responsável pelos cuidados do seu filho de 13 anos de idade.
- e) Segundo entendimento sumulado do STF, o uso de algemas ensejará responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade que o determinar, ainda que seja justificado.

39. Sobre a aplicação da lei processual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a lei processual penal será aplicada imediatamente aos processos em curso, mantendo-se, todavia, os atos praticados sob a égide da lei anterior.
- b) Se o inquérito for arquivado por falta de fundamentos para a denúncia, é vedado que a autoridade policial possa dar continuidade à investigação se tiver notícia de outras provas.
- c) Não será aplicada a lei processual penal aos processos de competência da Justiça Militar.
- d) No tocante à aplicação da lei processual penal no tempo, o Brasil adota o sistema do isolamento dos atos processuais.
- e) Na hipótese de normas processuais mistas ou híbridas, aplica-se a retroatividade da lei mais benéfica.

40. No tocante à investigação criminal, é correto afirmar que:

- a) O inquérito, nos crimes de ação penal privada, pode ser instaurado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- b) Diante do caráter inquisitivo do inquérito policial, o indiciado ou o eventual ofendido, não poderão requerer a realização de diligências durante a fase de investigações;
- c) Após a competente autorização judicial, a autoridade policial poderá determinar que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.
- d) Nos crimes de ação pública incondicionada, o inquérito policial poder ser iniciado de ofício, pela autoridade policial.
- e) O advogado não poderá examinar aos autos do inquérito policial, uma vez que tenha sido decretado o seu sigilo.

DIREITO PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

41. Com relação aos crimes militares previstos no Código Penal Militar, é correto afirmar que o crime de

- a) embriaguez, em serviço, é tipificado apenas na hipótese de o militar se apresentar embriagado para o início do serviço, sendo apenado com reclusão.
- b) desacato a superior é apenado com reclusão e possui forma de agravação de pena na hipótese de o superior desacatado ser o comandante da unidade a que pertence o autor do crime.
- c) dormir em serviço possui modalidade culposa e poderá ser tipificado no momento em que o militar, estando na função de sentinela, abandona seu posto.
- d) desacato a militar possui forma de agravação de pena na hipótese da vítima se tratar de comandante da unidade
- e) e) o crime de motim é monossujeivo.

42. Com relação aos crimes contra a Autoridade ou Disciplina Militar, é correto afirmar:

- a) o simples concerto de militares para a prática do crime de motim não é punível, nos termos da lei penal militar, se estes não iniciarem, ao menos, os atos executórios do crime de motim.
- b) militares que apenas se utilizam de viatura militar para ação militar, em detrimento da ordem ou disciplina militar, mas sem ocupar quartel, cometem o crime de motim.
- c) o militar que, estando presente no momento da prática do crime de motim, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo, será responsabilizado como partícipe deste.
- d) O militar que, antes da execução do crime de motim e quando era ainda possível evitar-lhe as consequências, denuncia o ajuste de que participou terá a pena diminuída pela metade com relação ao referido crime militar.
- e) a reunião de dois ou mais militares com armamento ou material bélico, de propriedade militar, para a prática de violência contra coisa particular, só caracterizará o crime de organização de grupo para a prática de violência se a coisa se encontrar em lugar sujeito à administração militar.

43. É correto afirmar que

- a) Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias, configurará o crime de deserção.
- b) Deixar o militar de apresentar-se no momento da partida do navio ou aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve será considerada uma infração administrativa e não crime.
- c) o simples concerto para deserção não é crime militar.
- d) Deixar o oficial de proceder contra desertor, sabendo, ou devendo saber encontrar-se entre os

seus comandados será responsabilizado pelo crime de condescendência criminosa.

- e) Evadir-se o militar do poder da escolta, ou de recinto de detenção ou de prisão, ou fugir em seguida à prática de crime para evitar prisão, permanecendo ausente por mais de cinco dias:

44. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura o crime de:

- a) Peculato
- b) Corrupção passiva
- c) Concussão.
- d) Corrupção ativa
- e) Patrocínio indébito

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

45. De acordo com o Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), assinale a alternativa CORRETA.

- a) Prisão provisória é a que ocorre somente durante o inquérito, antes da condenação definitiva.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem verbal de autoridade.
- c) A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente levada ao conhecimento da autoridade judiciária competente, com a declaração do local onde a mesma se acha sob custódia e se está, ou não, incomunicável.
- d) A prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais moderno.
- e) Se, ao tomar conhecimento da comunicação, a autoridade policial verificar que a prisão não é legal, deverá relaxá-la imediatamente.

46. O Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), trata da prisão preventiva, sob esse aspecto, a prisão preventiva, além dos requisitos do artigo 254 do mesmo código, deverá fundar-se em um dos seguintes casos, EXCETO

- a) garantia da ordem pública.
- b) conveniência da instrução criminal.
- c) periculosidade do indiciado ou acusado.
- d) segurança da aplicação da lei penal comum ou militar.
- e) exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.

47. Sobre a lei processual penal militar e sua aplicação, preencha as lacunas corretamente e assinale a alternativa correspondente em conformidade com o Código de Processo Penal Militar. É admitida a interpretação _____ ou a interpretação _____ da lei processual penal militar quando for manifesto, no primeiro caso, que a expressão da lei é mais estrita e, no segundo, que é mais ampla, do que sua intenção, sendo inadmissível, porém, qualquer dessas interpretações quando cercear a defesa pessoal do acusado.

- a) extensiva / restritiva
- b) literal / estrita
- c) restritiva / extensiva
- d) estrita / sistemática
- e) histórica / literal

48. No que concerne à ação penal militar, é correto afirmar que:

- a) há previsão, no Código de Processo Penal Militar, de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça ou do Ministro da Defesa.
- b) para o Código de Processo Penal Militar, a ação penal militar será sempre pública e incondicionada.
- c) há previsão, no Código de Processo Penal Militar, de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- d) o Código de Processo Penal Militar proíbe a possibilidade de ação penal pública condicionada.
- e) o Código de Processo Penal Militar proíbe a possibilidade de ação penal privada subsidiária da pública.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

49. Com base nas disposições da Lei de Abuso de Autoridade, assinale a opção correta.

- a) A condenação por crime de abuso de autoridade gera automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública.
- b) Somente o servidor público pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.
- c) O erro ocasionado por conduta culposa do agente público não exclui o crime de abuso de autoridade.
- d) A condenação por crime de abuso de autoridade torna certa a obrigação de indenizar o dano causado.
- e) Os crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13869/2019, são crimes punidos com a pena de reclusão

50. Ainda em relação às disposições da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006), assinale a opção correta.

- a) Independentemente da infração penal praticada, será isento de pena o agente que, em razão da dependência de droga, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) É vedada a concessão de livramento condicional aos crimes previstos na lei em questão.
- c) Os crimes de posse de drogas para consumo pessoal e de associação para o tráfico são insuscetíveis de indulto.
- d) Diante do rigor normativo para os crimes envolvendo o comércio de drogas, não se admite redução de pena para o acusado, ainda que ele colabore voluntariamente na identificação de outros envolvidos e na recuperação do produto do crime.
- e) O crime de posse de drogas para consumo pessoal é punido com pena privativa de liberdade e multa.

51. A conduta de adquirir arma de fogo de origem internacional, de uso permitido, mas sem o registro adequado, de forma individual, e sem caracterizar um estabelecimento de comércio clandestino, configura

- a) posse ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- b) contrabando.
- c) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- d) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- e) comércio ilegal de arma de fogo.

52. De acordo com a Lei n.º 7.716/1989, aquele que, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, impedir o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da administração direta

- a) comete crime sujeito a pena de detenção, de dois a cinco anos, e multa.
- b) incorre na mesma pena de quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, impede o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso a tais espaços.
- c) comete crime sujeito a pena de reclusão, de três a seis anos, e multa.
- d) tem a pena aumentada de um sexto a um terço se praticar o crime com o auxílio de outra pessoa.
- e) incorre na mesma pena de quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Fábio Ramos

53. A precedência entre Policiais-Militares da ativa, do mesmo grau hierárquico, é assegurada pela antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em Lei ou Regulamento. De acordo com o o Estatuto dos Militares do Estado do Pará julgue os itens em relação a hierarquia:

- (1) Circulo de oficiais superiores: Coronel PM/BM, Tenente-Coronel PM/BM e Major PM/BM.
- (2) Circulo de oficiais intermediários: Capitão PM/BM.
- .(3) Circulo de oficiais subalternos: 1º Tenente PM/BM, 2º Tenente PM/BM e 3º Tenente PM/BM.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) os itens 1 e 2 estão corretas.
- b) todos os itens estão corretos.
- c) somente o item 3 está correto.
- d) todos os itens estão incorretos.
- e) os itens 1 e 3 estão incorretos.

54. Cargo de Policial-Militar é um conjunto de deveres e responsabilidades inerentes ao Policial Militar em serviço ativo. De acordo com o o Estatuto dos Militares do Estado do Pará marque o item INcorreto:

- a) São militares do Estado do Pará os membros da Polícia Militar do Pará (PMPA) e do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA);
- b) A Polícia Militar do Pará é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina, subordinada ao Governador do Estado, cabendo-lhe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, atividade-fim m da Corporação, visando proteger a incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- c) A Polícia Militar do Pará (PMPA) vincula-se operacionalmente à Secretaria de Estado de Segurança Pública e ao Ministério da Defesa e subordina-se administrativamente ao Governador do Estado;
- d) É privativo de brasileiro a carreira de Oficial das Corporações Militares Estaduais;
- e) Os Policiais-Militares da reserva remunerada poderão, mediante aceitação voluntária, ser designados para o serviço ativo, em caráter transitório, por proposta do Comandante Geral e ato do Governador do Estado.

55. “Tibruço, estudante de direito, informou ao seu colega Tibério que tinha realizado amplos estudos a respeito do Estatuto dos Militares do Estado do Pará. Por fim, alcançou três conclusões:

- (1) Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os Policiais-Militares da mesma categoria e tem a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança sem prejuízo do respeito mútuo.
- (2) Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato o pelo Comandante Geral da Polícia Militar.
- (3) - Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pelo Comandante Geral da Polícia Militar.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) as conclusões 1 e 3 estão corretas.
- b) todas as conclusões estão corretas.
- c) somente a conclusão 3 está correta.
- d) todas as conclusões estão incorretas.
- e) as conclusões 1 e 3 estão incorretas.

56. O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

- a) se contar menos de 5 (cinco) anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- b) se contar menos de 10 (dez) anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- c) se contar mais de 5 (cinco) anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.;
- d) se contar mais de 10 (dez) anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade;
- e) se contar mais de 15 (quinze) anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

DIREITOS HUMANOS*Ricardo Torques*

57. Sobre a teoria geral e a classificação dos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- a) A eficácia horizontal consiste na aplicabilidade dos direitos humanos na relação entre o Estado e particulares.
- b) Os denominados direitos prestacionais estão relacionados a exigência de abstenção estatal.
- c) Não há diferença entre direitos e garantias fundamentais, tratando-se, segundo a doutrina majoritária, de sinônimos.
- d) Os Direitos Humanos possuem normatividade fechada, com maior incidência de regras do que princípios.
- e) A corrente jusnaturalista afirma que o fundamento dos direitos humanos são normas anteriores e superiores ao direito estatal posto.

58. Sobre a responsabilidade internacional pela violação aos direitos humanos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considerando a soberania estatal, a responsabilização internacional pelas violações aos direitos humanos possui finalidade unicamente preventiva.
- b) O Estado pode ser responsabilizado tanto por ação, quanto por omissão.
- c) Além de agir para cessar eventuais violações aos direitos humanos já existentes, o Estado deve também abster-se de praticar futuras condutas violadoras.
- d) As normas *jus cogens* são responsáveis pelas matérias mais importantes e imprescindíveis, em termos de Direitos Humanos, cuja violação representa risco à preservação do Estado e dos valores humanos básicos.
- e) Um dos pré-requisitos para a responsabilização é o esgotamento dos mecanismos internos antes da aplicação das normas de Direito Internacional.

59. Sobre o tratamento dos direitos humanos na Constituição Federal, considere:

I - A submissão do Brasil à jurisdição de Tribunal Penal Internacional implica na violação da sua soberania.

II - Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

III - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes, por exemplo, de tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II, e III.
- d) III.
- e) II e III.

60. Sobre as políticas de segurança pública voltadas para os grupos vulneráveis, em especial, os LGBTQIAPN+, assinale a alternativa que esteja de acordo com os Princípios de Yogyakarta.

- a) Qualquer prisão ou detenção baseada na orientação sexual ou identidade de gênero é arbitrária, ressalvadas as oriundas de decisões judiciais.
 - b) A orientação sexual e identidade de gênero de uma pessoa podem ser, em si próprias, doenças médicas a serem tratadas, curadas ou eliminadas.
 - c) A orientação sexual e identidade de gênero podem, a depender da cultura, ser invocadas para limitar ou impedir a entrada, saída ou retorno a qualquer Estado, incluindo o próprio Estado da pessoa.
 - d) O direito de constituir família deverá ser observado na sua forma restrita, observados os usos e costumes do Estado.
 - e) Não deve haver impunidade para pessoas que violam os direitos humanos relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
